

Negociações identitárias dos Gaudde de Goa: políticas de classificação de “tribos”¹

Cláudia Pereira²

Resumo: Os Gaudde de Goa observam as componentes de “casta” no plano social, mas foram reconhecidos administrativamente como “tribais” devido às regalias económicas e educacionais que este estatuto lhes concede. Para tal contribuiu a literatura produzida durante e após o colonialismo português que os descreve como os primeiros habitantes de Goa. Mas o que quero transmitir, ao afirmar que os Gaudde seguem a organização da casta? E o que significa dizer que os Gaudde são considerados “tribais” na terminologia administrativa? Esta última é a principal questão sobre a qual o artigo se irá debruçar, enquadrando-os nas mesmas lógicas classificatórias do restante subcontinente.

No contexto da sociedade indiana, os Gaudde de Goa apresentam uma dualidade sociológica interessante: “socialmente” seguem a organização da “casta;” contudo, no plano “administrativo” foram classificados como “Scheduled Tribe,” uma das “tribos da listadas” do governo, beneficiando, por isso, de privilégios económicos e educacionais. Os próprios afirmam ser os primeiros habitantes deste estado, tal como descrito pela literatura produzida durante o colonialismo português e após a anexação de Goa à União Indiana em 1961—o que foi traduzido como “tribo”—como aconteceu por parte dos britânicos para outros grupos na Índia. Todavia, uma dúvida surge desde logo: a palavra “tribo” não existe nem em concani, nem em marati, as línguas locais de

Goa.³ Foi então adoptado o termo “tribe” em inglês, proveniente da língua administrativa da Índia contemporânea. Por outras palavras, é a língua dos antigos vizinhos colonizadores da maior parte do subcontinente, os britânicos, que lhes vem fornecer a categoria que define o seu estatuto administrativo actual. “Amge zaticho ou amcha zaticha [a nossa casta ou o nosso grupo]” é a expressão pela qual os Gaudde cristãos e hindus se referem respectivamente em concani ou marati ao seu próprio grupo na aldeia. O termo “tribo” é, por isso, utilizado por mim por se tratar do vocábulo usado pelos meus interlocutores durante a pesquisa etnográfica e pelos registos administrativos.

Inicialmente hindus, os Gaudde de Goa dividiram-se em dois grupos quando uma parte se converteu ao cristianismo após a chegada dos portugueses ao território no século XVI, passando então a haver os Gaudde hindus e os Gaudde cristãos (escrevo “hindus,” porque é dessa forma que costumam ser designados actualmente os Gaudde que não sofreram conversão). Parte dos Gaudde cristãos realizou uma cerimónia de purificação para se tornarem hindus entre 1926 a 1930, devido à negligência que sentiram por parte da Igreja Católica para com as castas estatutariamente desvalorizadas, passando a existir um terceiro grupo: os “nav-Hindu Gaudde,” ou seja, os Gaudde “neo-hindus.”

O que foi descrito e idealizado como cultura goesa centrou-se “mais” nas elites, constituídas maioritariamente por castas de Brâmanes católicos e hindus, os quais ocupavam e ocupam o topo do sistema social de castas (Newman 90). Na produção colonial sobre a sociedade goesa há pouca documentação sobre os grupos de estatuto desvalorizado—o mesmo tendo acontecido na Índia colonizada pelos britânicos.⁴ Ora, a minha discussão centra-se nos Gaudde, os quais se encontram na “base do sistema social” de Goa. Para aprofundarmos a articulação da casta e da “tribo” na identidade dos Gaudde é necessário problematizar questões como: quais os argumentos dos Gaudde para serem classificados administrativamente como “tribo?”⁵ O que é ser “tribal?” Qual a importância de ser reconhecido como “tribal?” Pode-se ser classificado como “Scheduled Tribe,” sendo uma “casta?” Há “tribos” cristãs?

1. Das lacunas terminológicas: A “tribo” e as línguas da Índia

Apesar de, em termos gerais, as “tribos” serem designadas como indígenas (no sentido de habitantes originais), vários têm sido os termos utilizados como seus sinónimos no discurso popular e na literatura sociológica, nomeadamente: “Scheduled Tribes,” populações animistas, populações nativas, autóctones, “adivasi” e aborígenes. O termo “tribo” não tem tradução nas línguas

indianas, como pude constatar junto dos Gaudde de Goa, donde ocorre a questão: podemos chamar um grupo de “tribo” se ele próprio não tem uma palavra para tal? Um segundo problema é que o termo acarreta invariavelmente conotações evolucionistas que pressupõem um estágio anterior do desenvolvimento da sociedade, em que as “tribos” são olhadas como fósseis de um passado remoto, parecendo ter parado na história (Hardiman 13).

A percepção cognitiva dos grupos locais da Índia mudou durante o período colonial britânico quando foram introduzidas as categorias casta e “tribo.” Na viragem do século xx, etnógrafos ao serviço do colonialismo britânico produziram catálogos etnográficos sobre “tribos” e castas, tentando descrever o seu modo de vida e visando abranger todo o território da Índia—textos ainda hoje bastante importantes para apurar a origem etimológica de diferentes “tribos” e castas. Este é o caso dos Gaudde, cujas etimologias apontadas, a partir das obras de H. Stuart do etnógrafo britânico Edgar Thurston e do indianista alemão Gustav Oppert, se fundamentam em pressupostos coloniais e aventuras linguísticas que influenciam ainda a sua identidade actual. Para a origem do étimo Gaudde, Oppert (114) aponta para o dravidiano “ko”—“montanha,” de onde os Gaudde vieram—H. Stuart 1893 [1891] para o sânscrito “go”—“vaca,” animal com conotações religiosas na Índia, aludindo provavelmente à riqueza natural do espaço que habitavam, mais tarde disputada pelos Brâmanes (Kamat 40). A teoria que prevalece em Goa é que “go” (Mitragotri 60) terá dado origem a “ganv,” presumindo-se que, quando as “tribos” desceram das montanhas, formaram “ganv [aldeias]” em Goa e, aí, tornaram-se “Gaudde.”

Os argumentos apontados para a origem dos diversos grupos que compõem a Índia baseiam-se em teorias raciais (com base nas populações nativas, dravidianas, que se encontrariam no Sul do território), combinadas com teorias sobre correntes migratórias (no caso, fundamentalmente de grupos arianos). Estas teorias derivam dos “catálogos etnográficos,” já enunciados, em que o ordenamento das castas tinha então como explicação o recurso ao passado histórico para apurar a sua origem, baseada no antagonismo racial entre arianos e dravidianos. Porém, alguns autores defendem que a ideia de os arianos terem existido é de validade duvidosa e que não passa apenas de uma teoria—dito de outro modo, nem sequer há certezas quanto à origem da casta (Biardeau 6).

Não me parece que seja do âmbito do antropólogo explicar a proveniência da casta, mas perceber como este saber é usado contemporaneamente. Para os Gaudde, descritos como os primeiros habitantes de Goa, a hipótese é que

derivam dos “austrolóides” (do ramo “munda” ou “proto”), tendo migrado do Sudeste asiático para o Nordeste da Índia e posteriormente para o Sul (onde se encontra Goa), sensivelmente em 400 a.c. A historiadora Romila Thapar adverte para o facto de as teorias em torno dos arianos e dos dravidianos terem como função contemporânea separar a nível político “as castas baixas indígenas” das “castas altas que vieram de fora” (35), o que transparece entre os Gaudde: o passado “tribal” é reivindicado para a definição do seu actual estatuto político; ao mesmo tempo que é também o uso do passado supostamente “tribal” que leva as outras castas a desvalorizá-los e a estigmatizá-los a nível de estatuto. Para a caracterização dos Gaudde de Goa, como nos é dado a ver, revela-se necessário recorrer às categorizações da literatura produzida durante e após o colonialismo português, mas também às fontes que as inspiraram, as obras evolucionistas do colonialismo britânico na Índia.

2. Critérios de classificação das “Scheduled Tribes” na Índia:

O caso dos Gaudde de Goa

O governo britânico lançou em 1936 a expressão “Backward Tribes,” ao promulgar uma lista das “tribos desprivilegiadas.” Esta concepção viria a ser aproveitada pelo governo da Índia independente (1947), quando publica as “Scheduled Tribes” em 1950, ou seja, “tribos listadas” (Béteille, “The Concept” 77). Estas listas continuam a existir, sendo sujeitas periodicamente a alterações no que respeita à introdução de grupos reconhecidos como “tribais.” Paralelamente, foram também criadas listas de “Other Backward Classes” (OBC), categoria ambígua que engloba na sua maioria castas shudras, e de “Scheduled Castes” (SC), castas de Intocáveis, as quais, tal como as “Scheduled Tribes,” quase não foram representadas na literatura colonial por comparação com outros grupos.

Os critérios para a distinção entre “Other Backward Classes,” “Scheduled Castes” e “Scheduled Tribes” são vagos (Verma and Rakesh 1). Presentemente, os estados recolhem informação sobre os grupos que reclamam corresponder aos critérios requeridos para as listas e apresentam-nas ao governo central que decide sobre a sua inclusão nas respectivas categorias. Relativamente às “Scheduled Tribes,” enquanto “alguns grupos se tornaram castas e deixaram de ser tribos na Índia colonial,” o processo inverso verificou-se “no período pós-colonial—castas que reclamaram a identidade tribal” (Béteille, “The Concept” 78), o que se observou entre os Gaudde de Goa: é-lhes atribuída origem “tribal,” socialmente são uma “casta” e do ponto de vista administrativo foram reconhecidos como “Scheduled Tribe.”

Eu argumento que são uma casta porque, por um lado, foi esta a forma como se assumiram os Gaudde cristãos e hindus que estudei, sendo situados na base do sistema pelos próprios, pelo discurso das outras castas e pela literatura, ora entre os Shudra (o mais comum), ora entre os Shudra e os Intocáveis, ora como uma categoria à parte. Por outro lado, argumento também que são uma casta por observarem a endogamia, a comensalidade e a especialização profissional (como agricultores) numa lógica hierárquica de pureza ritual. Contudo, se aspectos culturais como as regras de casamento e a poluição ritual são ainda importantes no sistema de castas, pertinentes são também os aspectos estruturais como a dimensão económica e política, embora seja necessário realçar que, apesar de castas consideradas normalmente de “baixo estatuto” terem conseguido conquistar poder económico e político, continua estigmatizado o estatuto social adscrito ao seu nascimento (Béteille, “The Future” 152). Aproximo-me, nesta questão, da antropóloga Unnithan-Kumar quando demonstra que tanto a “casta” como a “tribo” estão ainda a ser “construídas historicamente”—ou, melhor, desconstruídas—resultado de processos políticos, sociais e económicos específicos, o que evidencia que se tratam de “categorias” muito mais “fluidas” entre si do que normalmente tem sido reconhecido pela produção antropológica (Unnithan-Kumar 1).

No caso dos Gaudde, tanto hindus como cristãos, pode-se verificar que começaram por ser reconhecidos como “Other Backward Class” em 1980 e passaram a “Scheduled Tribe” em 2003. As “Scheduled Tribes” representam actualmente 12% da população total de Goa, juntamente com os Velip e os Kunbi (as percentagens de “Scheduled Tribes” variam de estado para estado, consoante o número de população “tribal” registada como tal). Esta transformação terminológica (de OBC para ST) reflecte o que acontece no resto da Índia, pois os grupos mais desvalorizados socialmente, os “tribais” e os “intocáveis,” são normalmente agrupados como “Other Backward Classes” e posteriormente separados na terminologia administrativa como “Scheduled Tribes” e “Scheduled Castes” respectivamente (Béteille 52).⁶

Entre as “Scheduled Tribes” não existe discriminação em termos de religião, embora as “Scheduled Castes” englobem apenas castas de Intocáveis hindus, sikhs e budistas, o que tem levado ao protesto de castas cristãs e muçulmanas de Intocáveis na Índia, já que o governo argumenta que o cristianismo e o islamismo pressupõem a igualdade e não a divisão em castas. Por outro lado, os muçulmanos não são contemplados nas “Other Backward Classes.” Este facto elucida-nos como a representação da casta em termos políticos está directamente relacionada com a consciência política (Jenkins 67-88, 111-26).

Qual é então a definição de “Scheduled Tribe” na constituição indiana? “Tribos ou comunidades tribais ou parte de ou grupos dentro de tribos ou comunidades tribais que devem para os propósitos desta constituição ser consideradas como “Scheduled Tribe” no Estado de onde provêm” (Constitution 284-85).

A definição de “Scheduled Tribes” remete assim para a “identificação” de “tribos” como categoria administrativa. É então altura de me interrogar sobre os critérios usados pelos Gaudde para serem abrangidos na classificação de “Scheduled Tribe.” Na preparação dos critérios das “Scheduled Tribes” em 1950 e 1956, os requisitos fundamentais para integrarem as listas eram os de traços “primitivos” e de “atraso”; na revisão de 1965 outras exigências foram acrescentadas: “mais indicações de traços primitivos, cultura distinta, isolamento geográfico, timidez no contacto com a sociedade em geral e atraso” (Singh 39)—os mesmos critérios que os Gaudde de Goa irão utilizar em 2002, acrescentando o facto de os manuais escolares os descreverem como as “tribos” de Goa (Goa State 1). Na segunda página deste documento, um outro argumento é esboçado: “... devido à inclusão de outras catorze comunidades na lista de OBC, a população OBC de Goa tornou-se muito abrangente e, como resultados, os benefícios disponíveis para os Gaudde, Velip, Kunbi & Dhangar [os outros proponentes a “Scheduled Tribes”] foram reduzidos e diminuíram as vantagens” (2). Este excerto evidencia a natureza económica de um dos argumentos utilizados para a alteração da sua classificação administrativa. O mesmo é reclamado por outros grupos na Índia, como os Gujjar, “Other Backward Class” que reivindicam actualmente o estatuto de “Scheduled Tribe,” já que têm mais regalias económicas no interior desta categoria.

No que respeita ao conceito de “tribo” a atenção tem sido então direccionada para a identificação de grupos “tribais” na Índia, e não tanto para a definição da sua terminologia—devido à complexidade de que se reveste o termo (Béteille, “Race” 59). Avanço agora para as definições propostas pelos antropólogos. Os esforços de uma definição cuidadosa de “tribo” surgiram desde os anos 60 (Singh 38), na sequência das implicações políticas desta definição. Bailey tenta definir “tribo” como uma estrutura pequena, em termos de escala comparativa, delimitada temporalmente e espacialmente de uma forma circunscrita nas relações sociais, legais e políticas (244-70). André Béteille (“The Future” 154) acrescenta a análise das circunstâncias históricas e sociais que terão imprimido traços diferentes aos grupos “tribais”—sugestão implícita em Hardiman que encontra alguma articulação com o imaginário tribal que tem sido associado aos Gaudde. Na verdade, não me parece que

seja competência do antropólogo saber se os Gaudde foram tribais no passado, mas caracterizá-los no presente e analisar como o seu passado é utilizado no quotidiano (Hardiman 11-17). De facto, os privilégios dos Gaudde como “Scheduled Tribe” permitem-lhes melhorar a qualidade de vida do ponto de vista económico, mas permanece a desvalorização estatutária social. Díficeis são as alternativas para este dilema.

3. A negociação identitária dos Gaudde

Na aldeia onde realizei trabalho de campo, os Gaudde com menos de 20 anos revelaram-me que apenas souberam que eram uma das “tribos” de Goa através do manual de História do 5º ano (Goa 35)—o que nos indica como o estatuto “tribal” é, neste caso, atribuído por agentes exteriores, como seja o governo, através dos manuais escolares ou das listas governamentais. Este dado encontra ressonância no que acontece com outros grupos do subcontinente, já que os grupos das “Scheduled Tribe” revelam-se heterogéneos no seu seio (Xaxa 1369).

Com o surgimento de uma classe média educada entre as “tribos” da Índia, alguns elementos tornaram-se “etnólogos” envolvidos na reconstrução das suas identidades (Arora 213). Processo idêntico aconteceu em Goa, quando nos anos 90 começaram a surgir associações tribais entre a classe média destes grupos para reivindicar o estatuto de “Scheduled Tribe,” cujos membros estavam (e estão) empenhados na recolha do que singulariza a sua comunidade, o que levou à revitalização de rituais locais. Na aldeia de Avedem, parte dos rituais dos Gaudde cristãos (em forma de danças e canções) não só foram reavivados, como também mercantilizados através do turismo e publicitados como a cultura local de Goa. Esta revitalização parece continuar a relação com o seu suposto passado “tribal”, utilizando a história como legitimadora das suas acções e promotora de coesão de grupo (Hobsbawn 12). As identidades sociais e culturais tornaram-se assim associadas a estratégias para a mobilidade social e económica na Índia pós-independente, numa tentativa de igualdade de oportunidades (Unnithan-Kumar vii).

Não poderia estar mais próxima de Vibha Arora quando elucida que a “luta para ser reconhecido como ‘Scheduled Tribe’ ... indica que a *identidade não é mais um símbolo de subalternidade, mas de consciência política*” (itálico meu; Arora 216). No caso dos Gaudde, para o seu estatuto de “Scheduled Tribe” concorreu muito a mobilização política e não tanto a avaliação de uma identidade dita “tribal,” o que, mais uma vez, encontra ressonância com o que acontece no resto da Índia. No que respeita aos Gaudde de Goa, as suas

singularidades enquadram-se na de outros grupos da Índia que reclamaram recentemente o estatuto de “Scheduled Tribes,” diferindo o conteúdo destas mesmas particularidades (danças, canções, formas de vestir, rituais). As suas formas culturais e o seu passado supostamente “tribal” contribuíram para afirmar a sua identidade tribal e para o seu reconhecimento político como “Scheduled Tribe” (Cohen 14). Parafraseando Laura Jenkins, é possível verificar como se revela curioso o facto de o “legado colonial” moldar a “identidade política contemporânea” dos grupos desprivelegiados, e mais concretamente, o “estado continuar a modelar a sua identidade social” (Jenkins 11). A consciencialização deste facto mostra-nos, por um lado, a influência do colonialismo na vivência actual dos Gaudde; e, por outro, a forma como interiorizámos essas representações de forma natural e fixa e não como parte de uma possível construção.

O passado dos Gaudde como “tribal” ou hindu tem sido alvo de debate, desde 2007, num grupo de discussão na Internet, o Goanet. As vozes participativas dividem-se, por um lado, nos que singularizam os Gaudde, apontando a sua “diferença” nas características fenotípicas e no vestuário, bem como o seu estatuto estigmatizante; e, por outro, nos que se opõem a esta visão, salientando a “semelhança” dos Gaudde em termos físicos com as restantes castas, bem como a nível de indumentária (já que, exceptuando os idosos, deixaram de vestir o traje tradicional no seu quotidiano). Para os primeiros refiro, a título de exemplo, o comentário de J. Colaço, a 26 de Dezembro de 2007, a propósito de uma exposição de fotografias em Goa:

Os Kunbi/Gaudde, os indígenas do subcontinente (tal como os Nagas e os Adivasis), têm características físicas distintas... Os Gaudde/Kunbi/Adivasis do subcontinente e os aborígenes da Austrália pertencem ao mesmo conjunto de pessoas... e têm características faciais muito distintas. (1)

Para os segundos, os que se focam na semelhança dos Gaudde com as outras castas, cito o comentário de F. Noronha, de 25 de Dezembro de 2007, no qual se questiona porque é que um Gaudde é descrito como um Gaudde e um Brâmane Saraswat ou Chardó é normalmente designado como “goês?” Será que isto não é ser “paternalista?” Será que é aceitável descrever alguém como um “australiano branco” ... tentem e digam-me. As definições envolvem também o jogo das equações de poder (1).⁷

A tentativa de algumas empresas procederem à extracção mineira em aldeias povoadas por Gaudde e outras “Scheduled Tribes” relançou novamente

a discussão de serem eles os habitantes originais de Goa (logo, “tribais”) e, por isso, os legítimos proprietários dos terrenos sobre os quais as empresas tentam ter direitos, como é possível visualizar através do seguinte excerto de S. Govekar de 6 de Maio de 2008: “A terra de Goa pertence de facto aos tribais como os Gaudde, Dhangar, Kunbi e Velip. Será que é possível dar justiça a estas pessoas?” (Govekar 1).

Apesar de ser uma classificação colonial, o termo “tribo” foi interiorizado pelos próprios indianos e tem sido extensivamente utilizado na literatura de ciências sociais em geral, e na antropologia e sociologia como uma forma de perceber a realidade social indiana (Singh 41). Novos eufemismos surgiram para dar uma outra cor a velhas realidades, como é o caso de “indígena” ou “nativo” para “primitivo,” “grupos étnicos” para “tribos” (Kuper 389). Concordo com Unnithan-Kumar quando sugere que o termo por que os grupos identificados como “tribos” sejam designados pelos termos que eles próprios usam (1). O meu trabalho de campo mostrou-me como a diferença associada aos Gaudde era muitas vezes uma construção das outras castas que os designam como “tribais.” Podemos então observar como toda esta discussão nos mostra a negociação da identidade dos Gaudde (de “tribais” a casta e a “Scheduled Tribe”), bem como a sua adaptação a dispositivos exteriores como o colonialismo português (em que parte se converteu ao cristianismo, mas continuou a praticar rituais locais) e ao governo indiano (como “Scheduled Tribe”).

Actualmente, tanto “tribo” como “casta” têm sobrevivido como categorias discretas em que ambas jogam com a “semelhança” entre si, seguindo a endogamia e a comensalidade, bem como com a “diferença,” enfatizando a sua cultura distintiva e recriando os seus símbolos culturais (Singh 37-43). Os argumentos utilizados para a reivindicação do estatuto político dos Gaudde como “tribais” elucidam sobre a flexibilidade da estrutura social indiana e a sua adaptação a dispositivos exteriores como o anterior colonialismo britânico e português (Perez 30). É esta a singularidade de Goa, a forma como é usado o seu passado colonial a nível social, cultural e económico pelos seus habitantes.

Notas

¹ Este artigo surgiu no âmbito do projecto de doutoramento intitulado *Casta, tribo e conversão. Os Gaudde de Goa*, terminado em 2009 e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH / BD / 19065 / 2004), à qual os meus agradecimentos são devidos. O texto resulta do trabalho de campo realizado numa aldeia de Goa, de Janeiro a Julho de 2006 e de Setembro a Novembro de 2007.

² Gostaria de agradecer a generosidade inexcelsível de todas as pessoas que me ajudaram em Avedem, no sul de Goa, onde realizei trabalho de campo. Ao Audhut Kamat deixo o meu eterno obrigada por todo o apoio entusiástico. Ao Alexandre Oliveira, Filipa Oliveira, Inês Lourenço e Sofia Miranda agradeço os preciosos comentários. À editora, Cristiana Bastos, agradeço as sugestões para melhorar o texto. À minha orientadora, a Rosa Perez, agradeço toda a ajuda e as leituras críticas.

³ O marati, para além de ser uma das línguas de Goa, é dominante no Estado vizinho do Maharashtra.

⁴ Na Índia, os “Subaltern Studies” são um projecto académico iniciado nos anos 80 com o objectivo de escrever a história dos que foram “subalternizados” na historiografia da Índia, ou seja, dos grupos sobre os quais existe pouca documentação comparativamente aos restantes: grupos como as mulheres, as “tribos” e os intocáveis, que se situam na margem do sistema social. Todavia, como Rosa Perez nos mostra, “a perspectiva de encarar os sistemas a partir das suas bases e das suas entidades subalternas não estimulou a reflexão crítica em Portugal” (Perez 14).

⁵ O aprofundamento da categoria casta entre os Gaudde é analisado em “Religion, Caste and ‘Tribe’: The Catholic and Hindu Gaudde of Goa;” artigo no prelo.

⁶ A principal diferença entre estes dois grupos no que diz respeito a regalias é que os primeiros têm privilégios sobre recursos naturais da Índia, considerados o seu habitat natural, contrariamente às “Scheduled Castes.”

⁷ Os Saraswat correspondem a uma sub-casta dentro dos Brâmanes, o topo da hierarquia entre os hindus e os católicos de Goa, e os Chardo à casta que se segue na hierarquia das castas católicas em Goa.

Obras citadas

- Arora, Vibha. “Assertive Identities, Indigeneity and the Politics of Recognition As a Tribe: The Bhutias, the Lepchas and the Limbus of Sikkim.” *Sociological Bulletin* 56 (2007): 195-220. Print.
- Bailey, F. G. *Tribe, Caste and Nation*. Manchester: The University Press, 1960. Print.
- Béteille, André. “Race, Caste and Ethnic Identity.” *Society and Politics in India. Essays in a Comparative Perspective*. Delhi: Oxford University Press, [1991] 1999. 37-56. Print.
- . “The Concept of Tribe with Special Reference to India.” *Society and Politics in India. Essays in a Comparative Perspective*. Delhi: Oxford University Press, [1991] 1999. 57-78. Print.
- . “The Future of the Backward Classes: The Competing Demands of Status and Power.” *Society and Politics in India. Essays in a Comparative Perspective*. Delhi: Oxford University Press, [1991] 1999. 150-91. Print.
- Biardeau, Madeleine. *Hinduism. The Anthropology of a Civilization*. New Delhi: Oxford India Paperbacks, [1981] 2002. Print.
- Cohen, Anthony, org. Introduction. *Discriminating Relations—Identity, Boundary and Authenticity*. New York: Routledge, 2000. 1-14. Print.
- Colaço, J. “Portrait of a Gaudi—Too Much Gadbud about Nada.” *Goanet*. Web. 26 Dec. 2007.
- Constitution of India. *The Constitution of India*. By Bakshi. Delhi: Universal Law Publishing: Co. Pvt, 2003. Print.
- Crooke, W. *The Tribes and Castes of the North-Western Provinces and Oudh*. Calcutta: n.p., 1896. Print.
- . *The Native Races of the British Empire. Northern India*. London: Archibald Constables

- and Company Ltd., [1896] 1907. Print.
- Goa. Directorate of Education. *History. Standard Five*. Panaji: Directorate of Education, 2007. Print.
- Goa State Scheduled Tribes Action Committee. *The Goa State Scheduled Tribes Action Committee Demands Scheduled Tribes Status to Gawada, Kumbi, Velip & Dhangar Communities for the State of Goa before Goa State Legislative Assembly Elections 2002*. Panaji, 2002. Print.
- Govekar, Satyamev. "The Migrant Danger to Goa." *Goanet*. Web. 7 May 2008.
- Hardiman, David. *The Coming of the Devi: Adivasi Assertion in Western India*. Delhi: Oxford University Press, 1987. Print.
- Hobsbawn, Eric, e Terence Ranger, orgs. "Introdução." *A invenção das tradições*. Por Hobsbawn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 9-24. Impresso.
- Jenkins, Laura Dudley. *Identity and Identification in India. Defining the Disadvantaged*. London: Routledge Curzon, 2003. Print.
- Kamat, Pratima. *Farar Far (Crossfire): Local Resistance to Colonial Hegemony in Goa, 1510-1912*. Pangim: Instituto Menezes Bragança, 1999. Print.
- Kuper, Adam. "The Return of the Native." *Current Anthropology* 4 (2003): 389-95. Print.
- Mitragotri, V. R. *A Socio-cultural History of Goa from the Bhojas to the Vijayanagara*. Pangim: Instituto Menezes Bragança, 1999. Print.
- Newman, Robert S. *Of Umbrellas, Goddesses and Dreams: Essays on Goan Culture and Society*. Pune: Sujit Patwardhan for Other India Press, 1993. Print.
- Noronha, Frederick. "Portrait of a Gaudi—Too Much Gadbud about Nada." *Goanet*. Web. 26 Dec. 2007.
- Oppert, Gustav. *On the Original Inhabitants of Bharatvarsa or India*. Westminster, 1893. Print.
- Perez, Rosa Maria, org. "Introdução." *Os portugueses e o Oriente. História, itinerários, representações*. Lisboa: Dom Quixote, 2006. 11-36. Print.
- Stuart, Harold Arthur. *Census of India. Madras*. Madras: Superintendent Government Press, 1893 [1891]. Print.
- Thapar, Romila. "Some Appropriations of the Theory of Aryan Race Relating to the Beginnings of Indian History." *Invoking the Past. The Uses of History in South Asia*. Org. Daud Ali. New Delhi: Oxford India Paperbacks, [1999] 2002. 15-35. Print.
- Unnithan-Kumar, Maya. *Identity, Gender and Poverty. New Perspectives on Caste and Tribe in Rajasthan*. Oxford: Berghahn Books, 1997. Print.
- Verma, H. S., and Rakesh Varma. "Introducing the Study of the OBC Problematic." *The OBCs and the Ruling Classes in India*. Jaipur: Rawat Publications, 2005. 1-34. Print.
- Xaxa, Virginius. "Politics of Language, Religion and Identity: Tribes in India." *Economic and Political Weekly* 40 (2005): 1363-370. Print.

Cláudia Pereira é licenciada em Antropologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), onde realiza o doutoramento. Publicou "Os Gaudde de Goa: Contestação estatutária" (2003), e juntamente com Alexandre Oliveira publicou "Pinturas cantadas. Arte e performance das mulheres naya—Exposição do Museu de Etnologia" (2007). Sob orientação da Professora Doutora Rosa Perez desenvolve o seguinte trabalho de investigação científica: *Lógicas coloniais: Os Gaudde de Goa*. Email: claudia.pereira@iscte.pt, claudiapereir@gmail.com